



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

10/12/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

PEC da Reforma Sindical pode ser admitida na CCJ nesta semana

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados agendou reunião de segunda a quinta-feira (12) e pode pautar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 196/19, que trata da Reforma Sindical. A PEC dá "nova redação ao artigo 8º da Constituição Federal e altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

A proposta constou da pauta do colegiado na semana passada. Em razão de pedido de vistas coletiva, o texto não foi votado. A proposta, do deputado Marcelo Ramos (PL-AM), conta com parecer pela admissibilidade do relator, deputado Fábio Trad (PSD-MS). Trata-se da 1ª fase de tramitação de PEC na Câmara dos Deputados.

Tramitação

Aprovada a admissibilidade, o texto segue para análise de mérito em comissão especial a ser criada e instalada para esse fim. Esta é a 2ª fase de tramitação da proposta. Chancelada na comissão especial, a PEC vai ao exame do plenário, em 2 turnos de votações, que para ser aprovada necessita de no mínimo 308 votos. Estas são a 3ª e 4ª fases de tramitação de PEC na Câmara dos Deputados. Fim das quais vai ao exame do Senado Federal.

Fonte: Diap - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho será debatida na quinta-feira

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência promove, na quinta-feira (12), um fórum para possibilitar a troca de experiências entre empresas que atuem na promoção dos direitos das pessoas com deficiência. A deputada Érika Kokay (PT-DF), que pediu a realização do evento, afirma que o objetivo do fórum é "debater as experiências das empresas que já trabalham com essa visão inclusiva tem o objetivo central de mostrar exemplos bem-sucedidos de inclusão para muitas outras que ainda não conseguiram implantar práticas eficientes de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho."

Foram convidados para participar:

- O diretor-presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Bezerra R. Costa;
- O presidente do Banco do Brasil, Rubem de Freitas Novaes;
- A procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho Ludmila Reis Brito Lopes;
- O secretário de Trabalho do DF, João Pedro Ferraz dos Passos;
- A representante do Fórum de Inclusão das Pessoas com Deficiência no Distrito Federal Roselma da Silva Cavalcante; e
- O diretor-presidente da BR Distribuidora, Rafael Salvador Grisolia.

O evento será realizado às 10 horas no plenário 13 e terá transmissão interativa.

Fonte: Agência Câmara - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Adicional de insalubridade não garante tempo de serviço especial

O pagamento de adicional de insalubridade não garante ao segurado contagem especial de tempo de serviço para aposentadoria. A decisão é 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, confirmando jurisprudência da corte de que o adicional não se confunde com o benefício previdenciário. Com esse entendimento, o colegiado reformou decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que havia considerado o tempo de serviço como especial em razão somente do adicional de insalubridade. Relator do recurso, o ministro Herman Benjamin destacou que a jurisprudência do STJ é no sentido de que a percepção de adicional de insalubridade pelo segurado, por si só, não lhe confere o direito de ter o respectivo período reconhecido como especial. Isso porque, explicou o ministro, os requisitos para a percepção do direito trabalhista são distintos dos requisitos para o reconhecimento da especialidade do trabalho no âmbito da Previdência Social.

Fonte: Consultor Jurídico - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Comissão debate flexibilização das normas de segurança no trabalho

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público realiza audiência pública na quinta-feira (12) para discutir "Os riscos de flexibilização das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador". O encontro atende requerimento da deputada Erika Kokay (PT-DF). Em seu pedido para realização da audiência a deputada afirma que, na contramão da prevenção aos acidentes de trabalho, o governo federal pretende revisar as normas regulamentadoras relativas à saúde e à segurança dos trabalhadores, o que para ela "soa como grande retrocesso às leis de proteção social e já desperta preocupações em parlamentares, especialistas, autoridades trabalhistas e entidades sindicais".

Foram convidados para o debate:

- A procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região, Valesca de Moraes do Monte;
- A presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a juíza Noemia Aparecida Garcia Porto;
- O presidente da CUT Brasília, Rodrigo Rodrigues;
- O secretário de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho;
- O presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Gulnar Azevedo e Silva; e
- Representante da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, Luciano Lima Leivas.

Hora e local

A audiência será às 14 horas, no plenário 12, e será interativa.

Fonte: Agência Câmara - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Malha atinge 700 mil contribuintes

Pouco mais de 700 mil contribuintes caíram na malha fina do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), de acordo com a Receita Federal. Isso equivale a 2,13% das 32.931.14 declarações recebidas pelo Fisco neste ano. Caso não tenha aparecido no sétimo e último lote de restituições, cuja consulta foi aberta ontem, nem tenha sido contemplado nos lotes anteriores, o contribuinte teve a declaração retida pela Receita e deverá regularizar a situação. Somente com a retificação das informações e das pendências, o contribuinte que caiu na malha fina terá a restituição liberada. Neste ano, segundo o Fisco, 74,9% das declarações retidas têm imposto a restituir, 22,4% constam com imposto a pagar e 2,7% apresentaram saldo zero. Os principais motivos para a retenção na malha fina, segundo a Receita, foram a omissão de rendimentos do titular ou seus dependentes (35,6% dos casos); inconsistência na dedução de despesas médicas (25,1%); divergências entre o Imposto de Renda Retido na Fonte informado na declaração e o informado pela fonte pagadora (23,5%); e problemas na dedução de previdência oficial ou privada, dependentes, pensão alimentícia e outras (12,5%). Para retificar a situação com o Fisco, o contribuinte deverá consultar o extrato do processamento da declaração no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) da Receita Federal para verificar a inconsistência. Ele deverá informar o código de acesso ou informar o certificado digital para entrar na página. Para gerar é preciso ter os números dos recibos das duas últimas declarações entregues. Depois de constatar o problema, o contribuinte deve fazer a declaração retificadora, por meio do mesmo programa usado para enviar a declaração original. O programa pode ser baixado na página da Receita na internet.

Fonte: Jornal A Tribuna – 10/12/2019

Estimativa da inflação sobe para 3,84%

As instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) aumentaram a estimativa para a inflação este ano, pela quinta vez consecutiva. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 3,52% para 3,84%, desta vez. A informação consta do boletim Focus, pesquisa semanal BC que traz as projeções de instituições para os principais indicadores econômicos. A alteração na estimativa para este ano veio depois da divulgação do IPCA de novembro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mês passado, o IPCA ficou em 0,51%, maior taxa para o mês desde 2015 (1,01%), puxada pela alta de 8,09% nos preços da carne. Em 12 meses encerrados em novembro, o IPCA ficou em 3,27%. Para 2020, a estimativa de inflação se mantém há seis semanas em 3,60%. A previsão para os anos seguintes também não teve alterações: 3,75% em 2021, e 3,50% em 2022. As projeções para 2019 e 2020 estão abaixo do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC.

Leia mais: Jornal Diário do Litoral – 10/12/2019